



Reunião do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

24.04.2009

Acta Reunião Ordinária n.º 04/2009

Ao vigésimo quarto dia do mês de Abril de dois mil e nove, pelas 09h30, reuniu nas instalações da CIMT, em Tomar, o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a presença dos elementos constantes da lista anexa, (seis membros, sendo que na sua falta o Sr. Presidente da C.M. de Alcanena se fez representar pelo Sr. Vice-Presidente Eduardo Marcelino, o Sr. Presidente de Ferreira do Zêzere pelo Sr. Vereador Jacinto Lopes e o Sr. Presidente da C.M. Ourém pelo Sr. Vereador João Moura). Estiveram igualmente presentes Eng.ª Paula Remédios e Rita Trindade da CIMT com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações

2. Agência de Energia e Ambiente

2.1. Agência 21 – Logótipo

3. Sistema de Gestão de Frotas – Ponto de situação

4. GPS – Repartição dos Encargos pelos Municípios

5. Projectos da CIMT

5.1. Médio Tejo Digital

- 5.1.1. Ponto de situação
- 5.1.2. Auditoria ao Projecto do POSC

5.2. Projecto da Afirmação Territorial do Médio Tejo

- 5.2.1. Reformulação do projecto
- 5.2.2. Brochura 5 Castelos 5 Rios

5.3. Partilha dos projectos com o Município de Mação

6. CIMT

6.1. Quotas Mensais

- 6.2. Forma de Imputação das despesas com o Pessoal e dos encargos com o Endividamento (Art.º22º e 27º da Lei n.º45/2008, de 27/8)
- 6.3. Municíпия – definição de estratégia
- 6.4. Proposta a remeter à Assembleia Intermunicipal da designação da Secretária Executiva e fixação da respectiva remuneração
- 6.5. Mapa de Pessoal para o ano 2009 a remeter à Assembleia Intermunicipal
- 6.6. Actas on-line – definição de metodologia

7. Proposta de candidatura à 2ª fase de candidaturas do Programa Espaço Atlântico

8. Resumo Diário de Tesouraria/Dívidas

9. Ratificações

10. Outros Assuntos

- 10.1. Rede Rural Nacional – Assembleia Regional de LVT – designação de representante
- 10.2. QREN

11. Aprovação da acta de Reunião Anterior

1. Informações

Neste ponto não surgiram intervenções

2. Agência de Energia e Ambiente

2.1. Foi presente ao Conselho Executivo cópia de propostas de logótipo para a Agência Regional de Energia e Ambiente da Região do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul – Energia 21, anexas à presente acta e do qual fazem parte integrante.

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) apresentou os referidos logótipos (protótipos).

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, falou sobre os “Leds” e falou igualmente nas poupanças que podem advir da utilização de novas tecnologias no âmbito da iluminação.

Após alguma discussão sobre os logótipos, foi aprovada por unanimidade, a proposta nº.2.

3. Sistema de Gestão de Frotas – Ponto de Situação

Foi presente ao Conselho Executivo cópia de um “paper” com ponto de situação sobre Sistema de Gestão de Frotas, anexo à presente acta e do qual faz parte integrante.

Foi referido pelo Senhor Presidente do Conselho Executivo que os custos para um sistema deste género rondam os 20,00€ por mês e por veículo, referindo igualmente que não havia grande redução de economias de escala. As principais funcionalidades deste sistema permitem a consulta em tempo

real da localização dos veículos, bem como, são gerados relatórios de gestão (viagens, percursos, quilómetros, velocidades).

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) deu alguns exemplos de mais-valias deste sistema como por exemplo, utilizações indevidas fora dos períodos de trabalho, deslocações efectuadas, velocidades praticadas, entre outros.

O Senhor Presidente do Entroncamento mostrou-se interessado no programa de gestão de custos. O Senhor Presidente da Barquinha revelou não estar interessado; O Senhor Presidente de Ourém ficou de dar uma resposta.

Após mais alguma troca de comentários foi deliberado, por unanimidade, pelo Conselho Executivo, que este sistema avançaria apenas para as Câmaras Municipais que manifestassem interesse.

4. GPS – Repartição dos Encargos pelos Municípios

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º12/SIG/2009 – Utilização do Equipamento GPS – Repartição de Custos das Linhas Analógicas, Acessos ADSL, Manutenção dos Routers e Comunicações, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

A presente informação veio propor a repartição dos custos pelos Municípios, inerentes à manutenção das Estações de Referência Permanentes (ERP) de Mouricas (Abrantes) e Paialvo (Tomar), do Centro de Controlo (Sede da CIMT), nomeadamente: Linhas Analógicas, Acessos ADSL, Manutenção dos Routers e das Comunicações resultantes da utilização do equipamento GPS.

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) comentou aos Senhores Presidentes que os valores em causa não eram avultados e que ao fim de um ano poderiam ainda ser mais reduzidos, na sequência da negociação que se espera efectuar. Referiu igualmente que existem apenas algumas Câmaras a utilizar os GPS nomeadamente Ferreira do Zêzere, Alcanena, Entroncamento, Mação, Sardoal. Foi focado que algumas Câmaras não têm solicitado os referidos equipamentos.

O Senhor Presidente da C.M. da Barquinha questionou o Senhor Presidente do C.E. sobre a viabilidade dos gabinetes florestais das Autarquias poderem usufruir destes equipamentos, tendo sido aceite, desde que fossem devidamente salvaguardadas as situações de boa utilização.

Após alguma discussão sobre estas matérias, o Conselho Executivo, deliberou, por unanimidade aprovar a imputação de custos apresentados.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos (conforme anexo).

5. Projectos CIMT

5.1. 1. Médio Tejo Digital

O Senhor Vereador Jacinto começou por dar alguns esclarecimentos sobre a reunião que teve lugar no Pólo de Abrantes com o Senhor Presidente da C.M. de Abrantes, a Secretária Executiva e a equipa técnica da CIMT. Referiu que fora abordado a CIMT desenvolver um “paper” que definisse as “regras” aquando da adesão a projectos intermunicipais. O Senhor Presidente do Conselho Executivo, por sua vez deixou transparecer a sua curiosidade sobre este projecto, no qual, investiu bastante, abordando a questão da rentabilização do Data Center e evidenciando que a fibra óptica estava a ficar ultrapassada.

O Senhor Presidente da C.M. da Barquinha comentou que precisava de financiamento para o processo da Reengenharia de Processos, achando que se deveria homogeneizar este trabalho, devendo-se fazer um levantamento do que existe nas Câmaras e da metodologia a adaptar ao Médio Tejo Digital. O Senhor Presidente do Entroncamento referiu que na sua Câmara faz o despacho via digital, tendo sido este processo elaborado internamente com o apoio do Director de Departamento e o Informático. Referiu que a mudança foi difícil, que houve alguma resistência, mas que de facto foi só preciso dar o primeiro passo.

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) elucidou os presentes que havia verba aprovada no âmbito do MTD para a reengenharia de processos no SAMA.

Foi focado finalmente a necessidade de definir uma estratégia no âmbito dos projectos a estabelecer entre as C.M. com a elaboração de um caderno de encargos em conjunto, ou seja, no fundo cada C.M. teria de saber o que fazer em concreto e avançar com esses itens num caderno de encargos. Este assunto foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Executivo. Foi igualmente referido que iria ser elaborado um protocolo com base no QREN.

O Senhor Presidente do Entroncamento solicitou e chamou a atenção dos presentes sobre a contratação dos Seguros, "em grupo" em que se deveria pensar neste assunto de forma conjunta. Referiu que se poderia solicitar o Caderno de Encargos já elaborado pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria. Os membros do Conselho Executivo, deliberaram, por unanimidade, trazer este assunto à próxima reunião, sendo que deveria ser feita uma consulta aos vários municípios sobre o interesse dos mesmos neste assunto.

5.1.2. Auditoria ao Projecto do POSC

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) comentou aos Senhores Presidentes que já tinha sido feita uma auditoria por parte do POSC ao Projecto Médio Tejo Digital não tendo havido qualquer tipo de comentário. Deu ainda conhecimento que teríamos que pagar ao POSC 25.000,00€, fruto de uma regra comunitária.

Os membros do Conselho Executivo, tomaram conhecimento e ficaram cientes da presente informação.

5.2. Projecto da Afirmação Territorial do Médio Tejo

5.2.1. Reformulação do Projecto

Foi presente ao Conselho Executivo, cópia da proposta de projecto – Afirmação Territorial do Médio Tejo, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) elucidou os presentes de que o presente projecto visa desenvolver um conjunto de iniciativas com vista à Afirmação Territorial do Médio Tejo, com o objectivo de promover e projectar activamente o cruzamento dos factores de diferenciação e das dinâmicas da Região do Médio Tejo. Comentou igualmente que foram definidas 3 vertentes, respectivamente, vertente da promoção das competências e dinâmicas regionais, a vertente empresarial e a vertente da promoção turística.

Por sua vez, foi referido o interesse na constituição de uma Rede Regional, ou seja, para estabelecer a articulação com as empresas locais, com os centros de emprego, bem como, tornar o Portal do

Empreendedor mais interactivo e actualizado. Após estes considerandos, o Senhor Presidente do Conselho Executivo, ficou de analisar melhor este assunto.

5.2.2. Brochura 5 Castelos 5 Rios

Foi presente ao Conselho Executivo, cópia da maquete da Brochura dos 5 Castelos 5 Rios, anexa à presente acta e, da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Entroncamento comentou que não se via espelhado nem nos castelos nem nos rios, uma vez que o seu Município não apresentava estas potencialidades mas sim outras, pelo que, não considerava justo estar a pagar a impressão da referida brochura.

Tendo em conta este comentário, o Senhor Presidente do Conselho Executivo, solicitou que a referida brochura fosse associada a todos os Municípios, tendo sido deliberado, por unanimidade, que a brochura teria de ser revista, na sequência dos comentários acima referidos.

5.3. Partilha de projectos com o Município de Mação

Foi presente ao Conselho Executivo, um mapa com uma análise efectuada dos projectos com Mação e Vila de Rei, anexo à presente acta e do qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo comentou que se teria de encontrar uma solução para esta situação.

O Senhor Presidente da C.M. do Entroncamento referiu que Mação deveria continuar, e a efectuar os pagamentos no que respeitava aos projectos que tinha em curso na CIMT. Chamou-se a atenção para os fundos comunitários e a eventual possibilidade de Mação poder vir a entrar de novo para a CIMT.

O Senhor Presidente da Barquinha observou que Mação na brochura dos 5 castelos 5 rios, não era muito coerente, teria de se ter alguma atenção visto ser um "documento" que iria sair para o exterior.

Após todos estes comentários, foi deliberado, por unanimidade, pelo Conselho Executivo, que todos os projectos que estavam em curso continuariam, bem como, teria de se trazer à próxima reunião do Conselho Executivo, uma nova proposta mais concreta depois de uma reunião a efectuar com Mação e com o Pinhal Interior Sul.

6. CIMT

6.1. Quotas Mensais

O Senhor Presidente do Entroncamento comentou que tinha muitos outros assuntos importantes no momento e que se deveria assumir o que hoje fosse decidido. Teceu alguns comentários ao diferendo que parece existir entre o Senhor Presidente de Abrantes e o Senhor Presidente da Barquinha.

O Senhor Presidente da Barquinha manifestou mais uma vez descontentamento ao que tem vindo a acontecer, e na falta de respeito que prevalecia sobre o assunto, tendo em conta as sucessivas reuniões agendadas para esta discussão, bem como, a sua falta de decisão.

Referiu que exigia cumprimento dos estatutos, o que implicava a inviabilidade dos montantes pedidos aos Municípios. Comentou igualmente que já tinha devolvido as notas de débito à CIMT e que no presente momento estavam reunidas as condições necessárias para tomar uma posição, fosse ela melhor ou pior, mais favorável ou menos favorável, mas que se tinha de decidir.

Foi referida a ausência do Senhor Presidente de Abrantes, pelo Senhor Presidente da Barquinha.

Verificando-se que não se chegava a consenso, e que as Câmaras presentes manifestavam um empate nesta decisão, foi considerada a hipótese do Senhor Presidente do Conselho Executivo fazer uso do voto de qualidade. O mesmo referiu não o usar.

Sendo que não se conseguiu nenhum resultado, foi deliberado, por unanimidade, pelo Conselho Executivo que este assunto teria de ser abordado de novo na próxima reunião do C.E.

6.2. Formas de imputação das despesas com o pessoal e dos encargos com o endividamento (art.º 22º e 27º da Lei n.º 45/2008, de 27/08)

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.7/TT/2009 – Critérios de Imputação com os encargos de Pessoal e Endividamento – Relevância para as Câmaras Municipais.

Tendo em conta a não definição das quotas no ponto acima, este ponto ficou igualmente sem resolução, tendo ficado deliberado, por unanimidade, pelo Conselho Executivo que fosse abordado na próxima reunião.

6.3. Municípa – Definição de Estratégia

Foi presente ao Conselho Executivo, cópia de um ponto de situação sobre a Municípa, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo comentou que só os Municípios de Abrantes e Ferreira do Zêzere tinham participação directa através da CIMT.

O Senhor Presidente do Conselho comentou haver interesse em haver desvinculação das acções da CIMT.

Analisou-se a hipótese da Municípa querer ficar com estas acções ou, se as mesmas seriam repartidas pelas Câmaras Municipais de Abrantes e de Ferreira do Zêzere.

Finalmente foi deliberado, por unanimidade, pelo C.E. que deveria ser feito um protocolo de cedência das acções para os 2 municípios referidos, onde era feita uma venda aos municípios de Abrantes e Ferreira do Zêzere, permitindo uma diminuição do valor na CIMT, com a condição das referidas acções voltarem a regressar ao património da CIMT, quando assim se entender.

6.4. Proposta a remeter à Assembleia Intermunicipal da designação da Secretária Executiva e fixação da respectiva remuneração.

Foi presente ao C.E. cópia de um documento elaborado pelos Recursos Humanos da CIMT, referente a simulações para o ano de 2009 sobre a remuneração da Secretária Executiva, anexo à presente acta e do qual faz parte integrante.

Os Senhores Presidentes analisaram o documento.

6.5. Mapa de Pessoal para o ano 2009 a remeter à Assembleia Intermunicipal

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do Mapa de Pessoal para o ano de 2009, bem como uma nota explicativa, anexa à presente acta e do qual fazem parte integrante.

A Secretária Executiva (por delegação de competências do C.E.) deu conhecimento aos Senhores Presidentes de que o Mapa de Pessoal tinha sofrido pequenas alterações na correcção do Português, na exclusão do apoio jurídico, entre outras, as quais não implicariam nenhuma mudança no mapa em si.

Após este esclarecimento, o Conselho Executivo, deliberou, por unanimidade, aprovar o mapa com as correcções apresentadas.

6.6. Actas On-line – definição de metodologia

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º01/RT-ASA/2009 – Actas dos Órgãos da CIMT – Estratégias para colocação no Portal Regional, anexa á presente acta e da qual faz parte integrante.

O Presidente do Conselho Executivo esclareceu os restantes membros de que é usual nos sites colocar as actas dos órgãos públicos. Tendo em conta esta situação e um pouco à semelhança do que é geralmente utilizado nos Boletins Municipais, vinha-se propor, que no Site Regional em lugar das actas exaustivas, a publicação da ordem de trabalhos das reuniões dos órgãos e, a frente de cada item, a colocação da respectiva deliberação.

Depois destes esclarecimentos, o Conselho Executivo, deliberou, por unanimidade, o acima referido, tendo-se deliberado ainda que, as actas deveriam conter os elementos que legalmente lhes coubessem, além de declaração quando expressamente fosse solicitada por alguém dos presentes para que constasse em acta.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

7. Proposta de candidatura à 2ª fase de candidaturas do Programa Espaço Atlântico

Foi presente ao Conselho Executivo cópia de um documento com esclarecimentos sobre o Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico, anexo à presente acta e do qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, comunicou aos Senhores Presidentes que o Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico, tinha lançado a segunda convocatória de Projectos (6 de Abril de 5 de Junho de 2009).

No seguimento de alguns esclarecimentos foi colocado à consideração do Conselho Executivo analisar e avaliar a participação da CIMT nesta segunda fase de candidaturas do referido programa.

O Conselho Executivo, deliberou, por unanimidade, aprovar a referida candidatura enquanto “parceiro”.

8. Resumo Diário de Tesouraria/Dívida

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do resumo diário da tesouraria n.º39/2009 em 31/03/09, bem como cópia do mapa das comparticipações em dívida, ambos anexos à presente acta e da qual fazem parte integrante.

Os membros tomaram conhecimento do seu conteúdo.

9. Ratificações

Não foram apresentadas ratificações

10. Outros Assuntos

10.1. Rede Rural Nacional – Assembleia Regional de LVT – designação de representante

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do ofício da Direcção de Serviços Valorização Ambiental Apoio à Sustentabilidade, Divisão de Apoio à Sustentabilidade e Diversificação da Economia Rural, referência 5300, anexo à presente acta e do qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente informou que a CIMT foi convidada para integrar a Assembleia Rural Regional da região de Lisboa e Vale do Tejo, pelo que solicitavam a designação de um representante da CIMT e respectivo substituto.

O Conselho Executivo, deliberou, por unanimidade, nomear o Presidente do Conselho Executivo.

10.2. QREN

O Senhor Presidente do Conselho Executivo solicitou que fosse chamada a técnica Sónia Santos para efectuar um ponto de situação sobre o QREN.

A referida técnica começou por informar que no próximo dia 30 de Abril se iria proceder ao termo dos primeiros avisos de concurso para apresentação de candidaturas. Informou igualmente que os avisos de concurso aberto eram os seguintes Eixos e Regulamentos Específicos:

Eixo 1 - Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

Eixo 1 - Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento

Eixo 3 - Equipamentos para a Coesão Local

Eixo 2 e 3 - Mobilidade Territorial

Eixo 3 - Património Cultural

Eixo 4 - Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Eixo 4 - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais

Eixo 4 - Ciclo Urbano da Água – “vertente em baixa – modelo não verticalizado”

Chamou a atenção que deveriam ser apresentadas 12 candidaturas por parte dos Municípios.

A Técnica demonstrou a sua preocupação face ao sistema de informação, que permite a análise e avaliação das candidaturas que ainda não foi disponibilizado pela CCDRC. Segundo a mesma, o sistema iria ser disponibilizado no dia 30 de Abril. A Técnica tem dúvidas em relação a este prazo.

Foi questionado pelo Senhor Presidente da C.M. de Vila Nova da Barquinha pelo ponto de situação da candidatura do Centro de Ciência Viva ao Eixo 1 - Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento, dado o problema com os pareceres na Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, uma vez que não tinham conhecimento do conteúdo do Regulamento Específico que obrigava aquando a apresentação de candidatura a apresentação do parecer por parte da Agência mencionada. A Técnica referiu que o primeiro contacto com a Agência relativamente à emissão de pareceres foi feita pela própria Estrutura de Apoio Técnico do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, a qual respondeu que não tinha conhecimento de qualquer parecer para efeitos de aviso de concurso ou Regulamento Específico.

Foi novamente demonstrado por todos os presentes a preocupação pela forma de como a Contratualização está a ser operacionalizada.

Os membros tomaram conhecimento das questões acima apresentadas e ficaram cientes das questões colocadas em cima da mesa.

12. Aprovação da Acta da Reunião Anterior

Não foram presentes actas nesta reunião.

Pelas 12 horas e 30 minutos o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, Rita Trindade, para o efeito designada, redigiu e também assina.

Tomar, 24 de Abril de 2009.